

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 12/2006 de 3 de Janeiro de 2006

Obras 

Fornecimentos 

Serviços ☒

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

NÃO ☒

SIM 

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada	À atenção de Director-Delegado
Endereço Rua Tavares de Resende, 165	Código postal 9504-507 Ponta Delgada
Localidade/Cidade: Ponta Delgada	País Portugal
Telefone: 296 205660	Fax 296304401
Correio electrónico Smaspdl@mail.telepac.pt	Endereço Internet (URL) www.pontadelgadadigital.com

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Indicado em I.1 ☒

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO

Indicado em I.1 ☒

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO

Indicado em I.1 ☒

I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE

Governo Central | Instituição Europeia |

Autoridade regional/local ☒ Organismo de direito público | Outro |

SECÇÃO II: OBJECTO DE CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Tipo de contrato de obras (no caso de um contrato de obras)

Execução | Conceção e execução |

Execução seja por que meio for, de uma obra que satisfaça as necessidades indicadas pela entidade adjudicante |

II.1.2) Tipo de contrato de fornecimentos (no caso de um contrato de fornecimentos)

Compra_ Locação_ Locação financeira | Locação-venda |

Combinação dos anteriores |

II.1.3) Tipo de contrato de serviços (no caso de um contrato de serviços)

Categoria de serviços 

II.1.4) Trata-se de um contrato-quadro? NÃO* SIM |

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

Aluguer de viaturas de 5.600 a 7.500 kg para transporte de material e pessoal por um período de um ano.

II.1.6) Descrição/objecto do concurso

A presente prestação de serviços refere-se ao aluguer de viaturas para transporte de pessoal e material com a duração de um ano.

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços

O local da prestação de serviços engloba toda a área de actuação dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Código NUTS PT 200

II.1.8) Nomenclatura

II.1.8.1) Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary) *

Vocabulário principal

Vocabulário complementar (se aplicável)

Objecto Principal		□□□□-□ □□□□-□ □□□□-□
Objectos	□□.□□.□□.□□-□	□□□□-□ □□□□-□ □□□□-□
Complementares	□□.□□.□□.□□-□	□□□□-□ □□□□-□ □□□□-□
	□□.□□.□□.□□-□	□□□□-□ □□□□-□ □□□□-□
	□□.□□.□□.□□-□	□□□□-□ □□□□-□ □□□□-□

II.1.8.2) Outra nomenclatura relevante (CPA/NACE/CPC)

**

II.1.9) Divisão em lotes (Para fornecer informações sobre os lotes utilizar o número de exemplares do anexo B necessários)

NÃO * SIM |

II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração? (se aplicável)

NÃO * SIM |

II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONCURSO

II.2.1) Quantidade ou extensão total (incluindo todos os lotes e opções, se aplicável) 1.160 dias de sete horas de trabalho com viaturas de 5.600 a 7.500 kg, 850 horas adicionais aos dias de sete horas com viaturas de 5.600 a 7.500 kg e 70 horas com atrelados para transporte de máquina.

II.2.2) Opções (se aplicável). Descrição e momento em que podem ser exercidas (se possível)

II.3) Duração do contrato ou prazo de execução

☐☐☐ dias a partir da decisão de adjudicação

Ou: Início ☐☐ e/ou termo ☐☐ (dd/mm/aaaa)

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas (se aplicável)

O concorrente a quem for adjudicado o fornecimento terá de prestar, antes da celebração do contrato, uma caução correspondente a 5% do valor da adjudicação, com exclusão do IVA, nos termos dos artigos 69.º e seguintes do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referências às disposições que as regulam (se aplicável)

O fornecimento é realizado por série de preços, assim as importâncias a receber pelo concorrente adjudicatário serão as que resultam da aplicação dos preços unitários estabelecidos no contrato para cada espécie de trabalho da prestação de serviços a realizar, às quantidades desses trabalhos realmente executados mensalmente e, nas condições estabelecidas no processo de concurso.

III.1.3) Forma Jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços (se aplicável)

Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de concorrentes os quais devem assumir a forma jurídica escolhida quando lhe foi adjudicado o contrato. Neste caso a proposta deverá ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os actos no âmbito do concurso.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

Podem apresentar-se a concurso os concorrentes que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do art. 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e possuam adequadas habilitações profissionais e capacidade técnica e financeira.

III.2.1.1) Situação Jurídica – documentos comprovativos exigidos

- a) Os concorrentes deverão apresentar declaração na qual identifiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número de bilhete de identidade ou de pessoa colectiva, estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa colectiva a denominação social, número de pessoa colectiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objecto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, conservatória do registo comercial onde se encontra matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória.
- b) Deverão os concorrentes apresentarem modelo constante do anexo I do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira – documentos comprovativos exigidos

- a) No caso de pessoas colectivas, documentos de prestação de contas dos últimos exercícios findos, ou dos exercícios findos desde a constituição, caso esta tenha ocorrido há menos de três anos.
- b) No caso de pessoas singulares, declaração do IRS apresentadas nos últimos três anos.

III.2.1.3) Capacidade técnica – documentos comprovativos exigidos

- a) Lista dos principais serviços fornecidos nos últimos três anos, respectivos montantes, datas e destinatários a comprovar por declaração destes ou, na sua falta e tratando-se de destinatários particulares por simples declaração do concorrente.
- b) Número de viaturas do objecto do fornecimento de que dispõe e é proprietário com elementos comprovativos do título de registo de propriedade e livrete (fotocópias bem legíveis) de cada viatura.
- c) Documentos comprovativos do título de licença de aluguer e especial transporte de pessoal e da inspecção periódica aprovada sem condicionalismos (fotocópias autenticadas), de cada viatura e seguro de cada viatura actualizado.

Nota: sobre as alíneas b) e c) durante o período em que decorrer a prestação de serviços, caso haja alteração de viaturas ou condutores de forma permanente, deverá o concorrente adjudicatário actualizar o processo com os documentos actuais.

III.3) CONDIÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A prestação do serviço está reservada a uma determinada profissão?

NÃO ✖ SIM †

Em caso afirmativo, referência às disposições legislativas, regulamentares ou administrativas relevantes

III.3.2) As entidades jurídicas devem declarar os nomes e qualificações profissionais do pessoal responsável pela execução do contrato?

NÃO ✖ SIM †

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) Tipo de processo

Concurso Público ✖

IV.2) Critérios de adjudicação

A) Preço mais baixo ✖

Ou:

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta ☐

B1) os critérios a seguir indicados (*se possível, por ordem decrescente de importância*)

1	4	7
2	5	8
3	6	9

Por ordem decrescente de importância

NÃO ☐ SIM ☐

Ou

B2) os critérios indicados no caderno de encargo 📖

IV.3) Informações de carácter administrativo

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante (informação não indispensável à publicação do anúncio)

IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais

Data limite de obtenção   /   /   (dd/mm/aaaa), ou   dias a contar da publicação do anúncio no *Diário da República*

Custo (se aplicável): 11,40 não incluindo IVA **Moeda:** Euro

Condições e forma de pagamento

Os exemplares podem ser adquiridos por cheque ou numerário.

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação (consoante se trate de um concurso público ou de um concurso limitado ou de um processo por negociação)

 dias a contar da sua publicação no *Diário da República*

Hora (se aplicável) 16h30m

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

E	D	D	E	E	F	IT	N	P	FI	S	Outra - país terceiro _____
S	A	E	L	N	R		L	T		V	
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☒	☐	☐	

IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta (no caso de um concurso público)

Até     (dd/mm/aaaa) ou  meses e/ou   dias a contar da data fixada para a recepção das propostas

IV.3.7) Condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas (se aplicável)

Só poderão intervir no acto público do concurso as pessoas que, para o efeito, estiverem devidamente credenciadas pelos concorrentes nos termos do programa de concurso.

IV.3.7.2) Data, hora e local

Data     (dd/mm/aaaa), _____ dias a contar da publicação do anúncio no *Diário da República*, ou

no dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas ✕

Hora 10 h **Local** Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1) Trata-se de um anúncio não obrigatório?

NÃO ✕ **SIM** ☐

VI.2) Indicar, se for caso disso, se se trata de um concurso periódico e o calendário previsto de publicação de próximos anúncios

Sim. Anualmente

VI.3) O presente contrato enquadra-se num projecto/programa financiado pelos fundos comunitários? (Informação não indispensável à publicação do anúncio)

NÃO ✕ **SIM** ☐

Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil

VI.4) Outras informações (se aplicável)

O preço base é de 81.980,00 euros, com exclusão do IVA

VI.5) Data de envio do presente anúncio para publicação no “Jornal Oficial da União Europeia”

            (dd/mm/aaaa)

* cfr. descrito no Regulamento CPV 2151/2003, da Comissão, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L329 de 17 de Dezembro, para os contratos de valor igual ou superior ao limiar europeu

** CPA/CPC cfr. descrito no Regulamento 3696/93, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n.º L342 de 31 de Dezembro, alterado pelo Regulamento 1232/98 da Comissão de 17 de Junho, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n.º L177, de 22 de Junho

7 de Dezembro de 2005. - O Director de Departamento Administrativo e Financeiro, *João Roberto Soares Jácome da Costa*.